

1.MARCAS ARQUITECTÓNICAS DO “BRASILEIRO” NA PAISAGEM DO MINHO

MONTEIRO, Miguel,
“Marcas da Arquitectura de Brasileiro na Paisagem do Minho,” *O Brasileiro de TornaViagem*,
CNCDP -
Portugal, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses,
Lisboa, 2000

O Minho é o lugar das evidências do retorno do “Brasileiro”, observando-se as representações desse tempo, particularmente, nessa personagem e nas casas, dado que com os primeiros lucros do Brasil o emigrante *“corre veloz ao lar amado, a erguer as paredes do pátrio casebre, a cobrir de arrecadas as irmãs queridas e a continuar, aqui, a vida laboriosa que nas terras do brasil foi a sua glória”*.^[1]

Os que o viram partir, reconhecem nele os efeitos de uma dinâmica económica nova e de uma abundância estranha aos homens do Minho testemunhada por Figueirinhas (1900):

“é ele quem faz arrotear os montes, agricultar os campos, podar as vinhas, levantar as elegantes ramadas. (...) Promovendo o progresso agrícola, dando nas suas quintas o exemplo da cultura inteligente, espalhando dinheiro a juro, não só beneficia as populações com seu exemplo e com seu labor, como exerce uma importantíssima função económica suprimindo a falta de estabelecimentos de crédito.”^[2]

A representação mais visível do “Brasileiro” ficou marcada na paisagem arquitectónica das cidades, vilas e aldeias do Minho.

“O Século XIX é a época em que se verifica, por muitos lados, o retorno do emigrante português enriquecido no Brasil, que constitui um poderoso factor de difusão cultural, que não tem sido devidamente considerado; muitos elementos que se encontram

simultaneamente em Portugal e no Brasil, não são possivelmente formas portuguesas que foram levadas para uma terra de povoação recente, mas pelo contrário, produtos elaborados nesse país de ricos contactos e relações de culturas, e trazidos para Portugal pelo veículo do emigrante de retorno, que no seu desejo de ostentação, repete na sua terra aquilo que aprendeu onde se fez grande.”^[3]

As representações feitas através da localização, da arquitectura e da decoração das fachadas de casas constituem alguns dos elementos que configuraram a personagem do “Brasileiros” e a teatralidade do seu tempo.

Estas casas apresentam-se rebocadas e caiadas, ou cobertas com azulejos, estando presentes as cores do Brasil, com beirais de faiança, varandas estreitas com guardas de ferro forjado ou fundido, platibandas decoradas, lanternins, clarabóias e estatuetas, átrios decorados com azulejo, escadarias de madeiras preciosas, tectos de estuque, portas e janelas altas encimadas por bandeiras com vitrais coloridos, lustres de cristal e delicados móveis e porcelanas.

A cidade do Porto, nos séculos XVII, XVIII, XIX e primeiras décadas do século XX, foi marcada por uma ocupação intensiva do espaço com edificações civis, num processo contínuo, surgindo, nos dois últimos séculos, os edifícios que vieram a ser designadas de casa do “Brasileiro”, (aquelas que foram construídas pelo “Brasileiro”, “*não o brasileiro brasileiro, nascido no Brasil – mas o português que emigrou para o Brasil e que voltou rico do Brasil*”)^[4], sem provocarem distorções significativas, nem reacções de vulto.

Por outro lado, nas mesmas épocas, observa-se um processo semelhante noutras cidades do Norte, ainda que a construção e tipologia das edificações no século XIX, nas Vilas e no espaço rural, constituam objecto de maior atenção já que tipificaram veementemente essa personagem caricaturada na literatura e a ideia de um “estilo” – a casa do “Brasileiro”.

Temos assim representações de carácter subjectivo que foram construídas a partir de um modelo arquitectónico comum no século XIX e primeiras décadas do XX, e de uma personagem ficcionada, sem a adequada fundamentação histórica e sociológica.

A expressão “Brasileiro” e as conotações que o termo recebeu deverão ser interpretadas ao nível dos sentidos produzidos pela linguagem literária, dos quais se pode inferir os referentes sociológicos que estão na origem de uma personagem que teve existência real e se apresenta como uma construção simbólica do que de novo surge, como vivência económica e social do século XIX e primeiras décadas do século XX.

A Paisagem do Minho – Lugar de uma Personagem

A abordagem tradicional da paisagem propunha a sua descrição à escala dos conjuntos, donde se inferiu para visões territoriais, o que deu sentido à ideia tradicional para a região do Minho. A esta abstracção opõe-se a parcialização, tendo em conta as particularidades e diversidades micro-espaciais, delimitadas em configurações, mais restritivas, de tipo geográfico-social e no que elas determinaram nas apropriações feitas pelo homem: o Alto Minho, o Baixo Minho e o Minho Interior.

Os dois primeiros têm em comum a fronteira Atlântica. Aqui os rios Minho, Lima, Neiva, Cávado, Ave e Douro encontram o Oceano, construindo no seu caminho veigas férteis e, juntamente com os seus afluentes desenhados numa infinidade de linhas de água deram existência e sentido à propriedade agrária.

Por seu lado, as montanhas do Soajo, Gerês, Cabreira e Marão definem a fronteira do Alto Minho e do Minho Interior.

Outras demarcações se configuram para a leitura do espaço através das designações de cidade, vila e o espaço rural camponês, modeladas pela dinâmica temporal, cultural e civilizacional.

A cada uma delas, às respectivas vivências e aos actores, foram atribuídos conceitos associados a diferenciadas representações onde se inscrevem as dimensões geográfica, histórica, social e simbólica. Assim, temos uma perspectiva, *“sobre o papel do espaço na vida de cada um e no funcionamento da sociedade”*,^[5] tendo em conta os quadros *“que ligam os homens ao meio natural, aqueles que os impelem a dispersar-se e os que tendem a agrupá-los”*^[6] e sobre as dinâmicas económicas dominantes, bem como das estruturas e modelos das edificações e atributos que lhes foram associados.

Olhar a paisagem do Minho é reconhecer-lhe as suas potencialidades económicas e demográficas, identificar as diversidades, os constrangimentos e compreender o modo como os homens interagiram e se estruturaram e, ao mesmo tempo, perceber os discursos produzidos nas diferentes representações.

Neste quadro geográfico, as montanhas geraram vales encaixados de dimensão muito variável no Alto Minho e no Minho Interior, ou cederam lugar aos espaços abertos e extensos do Baixo Minho, construindo ecossistemas produtivos e sociais particulares condicionadores da dimensão da propriedade, das estruturas e dinâmica social urbana e agrária, assim como da mobilidade geográfica e o retorno.

A emigração, como comportamento estrutural do homem do Minho, encontra as suas raízes na matriz das vivências agrárias, nos longínquos vestígios civilizacionais das *vilas, vilares, agras e agrelas* criadas em tempos de romanização, as quais, *“com a presúria ou a apropriação em nome do soberano generalizou-se uma classe de grandes donatários que se viram obrigados a aforar, em prazos por três vidas que com o tempo, se foram tornando perpétuos, pequenas porções que só assim podiam ser efectivamente cultivadas [...]”*.

Criou-se assim uma classe numerosa de grandes proprietários rurais, com uma clientela de trabalhadores, caseiros-colonos (com casa fornecida pelo proprietário e trabalho certo nas terras deste) e jornaleiros ou assalariados, de vida mais instável”.^[7]

Para além dos núcleos urbanos do Porto e Viana dos Castelo, outras localidades situadas na foz de outros rios, marcaram a vida de pescadores e de homens que se organizavam em actividades comerciais, construindo, pela dimensão, uma hierarquia de importância e significados distintos, *“numa evolução progressiva, a partir da distinção que já no século XV se estabelece entre burgueses e mesterais – cidadãos, enriquecidos com o comércio, especialmente marítimo, e o povo miúdo – ela vai-se diferenciando em hierarquias muito nítidas, que se evidenciam com especial relevo no século XIX.”*^[8]

Na caminhada para o interior, as linhas de água marcam a progressiva e irregular elevação das montanhas até aos limites do planalto transmontano, definindo também a estrutura e a orientação das vias de comunicação, bem como lugares urbanos de dimensão e importância variável.

Por outro lado, o espaço rural apresentava, nessa época, ainda, os aglomerados de raiz medieval arquitectados numa paisagem que inscrevia os seus elementos numa geometria circular, em que os sons de campanários de igrejas e de mosteiros marcavam o centro das aldeias. As casas dispersavam-se no vale e a fronteira fixava-se nos limites das suas sonoridades, onde se escondiam lugares de montanha de povoamento aglomerado.

Nestes lugares medievais, fundou-se a propriedade e a casa como identificador de estatuto social de distinção na figura do seu proprietário, por vezes nobilitados com os seus solares, algumas vezes modestos, reforçado pelo brasão colocado nas fachadas ou em portões, numa *“série que começa na cabana do pobre e termina no palacete do brasileiro”*^[9].

Assim se identificaram e distinguiram indivíduos que construíram uma estrutura social que integrou proprietários rurais, com uma clientela de trabalhadores, caseiros, jornaleiros, com diferentes significados de distinção e classificação social pelas diferentes representações de classe, promovendo a saída de uns para diferentes destinos e inibindo a mobilidade de outros.

Por outro lado, podemos hoje detectar, para o século XIX, uma correlação entre a propriedade e o relevo, observando-se no vale um reduzido número de proprietários, aumentando progressivamente o seu número à medida que se caminha para a montanha e conseqüentemente, a existência de propriedades de maior dimensão no vale. Inversamente, o número dos agricultores e jornaleiros é maior no vale do que na montanha. ^[10]

Integrando a paisagem, surge a casa do “Brasileiro”, nos vales e nas inúmeras Vilas do Minho, sendo as primeiras construídas nos finais da década de cinquenta e as últimas na década de trinta, expressando-se também em modelos arquitectónicos distintos.

1.2.Lógicas de Emigração, de Retorno e Estratificação

“[...] a emigração dos filhos dos lavradores para as terras longínquas de Santa Cruz por não verem possibilidade de se constituir com independência económica daquela que haviam sido criados, e a sua substituição por mão de obra assoldada, fornecida por serviçais vindos das freguesias da “ribeira”, que depois de encontrarem durante a adolescência uma alimentação farta à mesa do amo, casavam, davam o lugar a outros criados, e iam engrossar o caudal de pobres. Estes não possuindo réditos que lhes permitissem pagar as passagens para o Brasil, tinham de se resignar à situação de viver do produto de algum trabalho assalariado, do rendimento de algumas ovelhas e das migalhas da caridade. ^[11]

As referências tradicionais desenharam-se nas personagens identificadas com as casas e famílias de proprietários agrícolas, residentes nas velhas “*vilas rústicas*” – isto é, *quintas* – nas terras baixas”^[12] propiciadoras de vitalidades económicas e sociais, arquitectando lógicas de posse da propriedade da terra e da casa. Aquelas expressaram-se nas forma de herança privilegiada e sucessão, ameaçada pelas leis liberais, ao extinguir os prazos e morgadios e gerando estratégias de emigração, celibato, carreira académica e militar, como formas de preservação da unidade produtiva e dos estatutos social da família.^[13]

A posse da casa, da propriedade agrícola e dos equipamentos complementares (moinhos, alpendres, eiras, lagares, azenhas, levadas)^[14], constituiu o principal elo da estruturação social agrária, da emigração e de algumas das trajectórias de retorno: “*nem quero pensar, meu abade, no dinheirão que investi em águas, paredes, calços, mais uma belga que comprei a este, mais uma mata àquele. Já lá vai um par de vinténs.*”^[15]

Por outro lado, a ampliação de alguns Solares, das casas agrícolas e das suas propriedades, devido à introdução dos progressos técnicos na agricultura, do milho, da batata e do feijão ameríndios, da saída dos seus proprietários ou familiares para o Brasil e conseqüente importação de capitais, constituem expressões materiais e simbólicas, num processo iniciado no século XVIII, “*como factor de capital importância na economia minhota. É ele quem dá lustre aos brasões dos quase infinitos solares fidalgos, decaídos do esplendor antigo.*”^[16]

Este quadro prolonga-se pelo XIX e primeiras décadas do século XX.

“As casas são bem acabadas de pedra aparelhada, com dispositivos para proteger a cobertura de colmo. Aqui e além, levantam-se construções maiores, dispostas à roda de um pátio interior, para onde se abrem por uma varanda corrida; são as casas

de lavoura, muitas datadas do século XVIII e hoje em declínio, onde pode ler-se, nos ornatos dos beirais, nas molduras das janelas ou nos balcões e alpendres da porta principal, uma preocupação de elegância sóbria e digna. O ouro do Brasil sustentou esta fugaz prosperidade”^[17]

Deixando de lado as concepções míticas sobre o carácter aventureiro dos “Lusitanos”, a tradição científica dominante tem vindo a reproduzir a ideia de que a emigração para o Brasil era constituída, predominantemente, por indivíduos de estratos sócio – económicos desfavorecidos, que fugiram à condição de pobres, ou ainda aquela que no Brasil tem vindo a ser defendida, que estes portugueses eram os condenados ou degredados.

Porém, no século XIX e primeiras décadas do século XX, formavam o grupo dos que emigravam para o Brasil os proprietários, agricultores e jornaleiros ^[18] (estes últimos, como filhos não-favorecidos das casas lavradoras, não constituíam, por isso, uma classe à parte)^[19] correspondendo aos grupos sócio – profissionais médio e alto.

Simultaneamente, a análise do retorno de sucesso, visto nos seus efeitos, levou-nos a deduzir da existência de relações entre o espaço social ocupado pela família de origem e o retorno, como estratégias de conservação e reafirmação do estatuto de proprietário^[20], que passava por uma primeira situação de permanente “vai e torna”, para o regresso definitivo a Portugal ou pela ausência definitiva: “*Porém, desde que comprara a quinta ao pai, o brasileiro ruminava o plano de fazer construir uma casa*”.^[21]

A emigração para o Brasil aparece como um dos fenómenos sociais mais relevantes do século XIX e primeiras décadas do século XX, que se diferenciou no género, idade, estado civil e estatuto social dos actores, apresentando variações no tempo.

Assim, o fenómeno acompanhou a conjuntura económica brasileira e as transformações estruturais ocorridas em Portugal,

manifestadas no quadro das reformas administrativas, no reforço da estrutura viária com a construção de pontes, estradas e do caminho de ferro, no aumento da circulação de pessoas e mercadorias e na instalação das primeiras indústrias. Consequentemente, surgiram efeitos na estruturação social, na expansão das cidades, para além dos velhos limites medievais, ultrapassando as fronteiras muralhadas, na assunção das vilas como centro político e administrativo. Reforça-se a função simbólica dos novos agentes do poder político, vistos como homens livres e iguais perante a lei, nos novos identificadores de hierarquia, associados à instrução, ao vestuário, arquitectura e decoração das fachadas e no mobiliário, reflectindo o transito de modelos e a interculturalidade burguesa. Finalmente, valoriza-se a classe dirigente local, que procurava novos sinais de distinção nos novos indicadores de estatuto, legitimadores da nova ordem político-administrativa, primeiro liberal e depois republicana, nas quais se destaca a presença dos "Brasileiros", dos "Torna-viagem", e dos seus descendentes.

1.3.As Marcas Arquitectónicas do Retorno

“As inovações arquitectónicas e decorativas da casa do Brasileiros representarão, na maior parte dos casos, uma reprodução ‘desfocada’ de soluções formais de uma arquitectura ‘elegante’ adoptada na construção residencial brasileira a partir de meados do século XIX mercê da actividade de arquitectos e companhias de construção europeias: um modelo onde pontuam influências da casa colonial victoriana, soluções formais afrancesadas, misturadas com algum revitalismo de cariz italiano”^[22]

De entre os emigrantes que no século XIX saíram directamente do espaço rural para o Brasil, ou depois de colocados como aprendizes de caixeiro na cidade do Porto, muitos regressavam a

Portugal. Após uma longa aprendizagem e vivência no cosmopolitismo brasileiro, onde se fazem homens de negócios e apreendem o sentido da urbanidade, constróem uma casa no lugar de origem, na Vila sede dos Concelhos Novos, dividindo-se entre as vivências nas cidades de Lisboa e Porto, acabando muitos deles por se instalarem definitivamente naquelas cidades que se aproximavam do modelo com o qual se identificavam.^[23]

O Porto, cidade em que o “Brasileiro” está fortemente representado, no século XIX, “*assiste a grandes mudanças e fenómenos sociais, e a um intenso e complexo fenómeno de urbanismo já muito diversificado*”^[24]. Deste modo “*o Porto velho [...] acabou por se estender pelo planalto, com o seu casario dominado por torres de importantes igrejas, tanto nos bairros construídos por ingleses [...] como por brasileiros, retornados e enriquecidos pela emigração*”^[25].

A cidade era assim o lugar privilegiado para o retorno dos que possuíam projectos de investimento comercial e continuação de urbanidade: “*Gizara o argentino velhaco levar consigo para o Porto, onde mandara construir um palacete*”^[26] sendo a sua figura o referente de uma nova existência social e simbólica, a qual lhe oferece o estatuto correspondente a uma nova vivência económica.

A ideia prevalecente de que a construção das edificações sempre estiveram dependentes do livre arbítrio do proprietário “Brasileiro”, o que justificaria o exotismo da arquitectura e sua implantação, perde consistência face à existência de normas que regulavam a construção das edificações. João Emílio dos Santos Segurado em “*Edificações*”^[27] para além das orientações arquitectónicas, faz a transcrição na integra ou resume algumas das leis portuguesas, regulamentos e congéneres brasileiros relativos à construção de edifícios, nomeadamente a lei de 31 de Dezembro de 1864, o código civil de 1 de Julho de 1867 em todas as disposições gerais relativas ao direito de propriedade, o decreto de 24 de Outubro

de 1901, bem como o Regulamento de Salubridade das Edificações, aprovado por decreto português de 14 de Fevereiro de 1903 e o Regulamento para a Construção, Acréscimo e Consertos de Prédios (decreto n.º 391 de 10 de Fevereiro de 1903 do Brasil).

1.3.1.As Casas Verticais Urbanas

Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano^[28], comparando a arquitectura do Porto com a do Recife, propõem-nos uma visão do que foi a evolução das estruturas edificadas nestas cidades, no período moderno e contemporâneo, classificando as tipologias observadas em duas categorias: uma de tipo vertical e outra horizontal ou palácios.

A primeira tipologia constitui uma solução de continuidade estrutural desde o séculos XVI. Esta solução apresenta-se, no século XIX, com uma fachada e interiores enriquecidos, localizadas nas áreas de expansão da cidade. A segunda, localizada no século XVIII, prossegue no século XIX, em tempos de retorno do "Brasileiro".

Propomo-nos, com base naquele trabalho, olhar a arquitectura e demarcar outras tipologias nesta cidade e em outros espaço urbanos, bem como nas vilas e aldeias do Minho: a casa apalaçada e o palacete.

As casas de tipo vertical, também designadas de estreitas e esguias aparecem situadas umas ao lado das outras, ao longo de todas as ruas, com três ou quatro andares, com apenas duas ou três janelas de frente, constituindo o grupo predominante e a solução de implantação de continuidade típica dos burgos de raiz medieval.

Estas casas correspondem ao modelo que sempre resolveu, ao mesmo tempo, as questões da natureza funcional, servindo de estabelecimento comercial ao nível do rés-do-chão e de residência nos andares superiores. É a casa popular burguesa, com duas portas:

uma para o acesso à residência e outra para acesso à loja, existindo uma interior de comunicação aos dois sectores e que chegou às primeiras décadas do século XX.

Uma outra tendência desenvolve-se, no século XIX com o desaparecimento da função comercial, valorizando-se, exclusivamente, a de residência. Estas casas ficam mais distantes do centro cívico tradicional, principalmente aquando da abertura de novas ruas, praças ajardinadas e passeio público, criadoras de novas centralidades urbanas.

A aceleração da actividade comercial, financeira e o aumento dos serviços, ocorridos na década de setenta do século XIX, além de ter funcionado como atractivo demográfico, particularmente de emigrantes de retorno definitivo do Brasil, expressa-se no enriquecimento da composição decorativa das fachadas, mantendo, e por vezes acentuando, o sentido da verticalidade dos edifícios. Apresenta, no entanto, uma gramática estrutural semelhante: uma varanda acima de um falso beiral ou cornija, destacando-se um grande conjunto de motivos decorativos e orgânicos – molduras, pilastras, óculos, nichos, mísulas, entablamentos, cachorros de varanda, beirais e algerozes.

Nestas casas verticais habitadas por uma burguesia, cada vez mais exuberante, as fachadas acentuam o ritmo vertical, com belas cantarias lavradas como nos solares joaninos, beirais de faiança e átrios de azulejos com escadarias de pedra terminando em belos modilhões ao gosto seiscentista. Outros edifícios aparecem com fachadas simplificadas, desaparecendo os motivos ornamentais. As varandas reduzem-se a uma pedra linear, acentuando a verticalidade com pilastras de pedra a toda a altura do edifício. Outras marcadamente horizontais, inscritas na estrutura da rua e limitadas por aquelas, seguem o mesmo sentido estético.

Esta tipologia encontra-se representada nas cidades do Braga, Viana do Castelo e Guimarães e em menor número nas Vilas, sendo inexistentes no espaço rural.

1.3.2. Os Palácios

A casa horizontal que Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano designam de palácio, corresponde às casas largas e baixas, com fachadas amplas e numerosas portas e janelas, linhas horizontais, compostas por rés-do-chão, andar nobre, e *mezzanino*, ou piso suplementar de serviço onde são visíveis artifícios arquitectónicos que os mascaram. Estes palácios, são raros e bem individualizados, aparecendo no meio da solução vertical.

O palácio é a casa nobre, originária duma classe poderosa e terratenente, que transfere o conceito da casa senhorial do campo, nas suas características de largueza de espaço, afirmação de prestígio e domínio, para a cidade, fazendo da sua residência uma espécie de solar urbano à beira da rua.

Esta solução arquitectónica, no século XIX, assemelha-se, em muitos dos seus elementos, aos palácios nobres: apresenta frontões, em tímpano perfeito, truncado ou imperfeito, ou falsos frontões, incluídos na estrutura do edifício e completando a linha das suas fachadas. Estas fachadas são lisas e rebocadas a branco, desaparecendo praticamente os motivos ornamentais, com varandas reduzidas a uma pedra linear, pilastras de pedra, verticais, a toda a altura do edifício.

Estes edifícios, não sendo em grande número, tanto nas cidades como nas vilas, apresentam-se demarcados e murados com gradeamentos de ferro, dando directamente para a via pública e as partes posteriores e laterais para um jardim.

Se alguns valorizam a horizontalidade, outros procuram a proporcionalidade entre o comprimento e altura, buscando alguma harmonia, marcada pelos eixos das portas, janelas, eixos das pilastras divisórias e divisão horizontal em andares. Nestas, o comprimento procura aproximar-se da altura, em corpos por pilastra, mais ou menos salientes.

As divisões dos edifícios fazem-se, normalmente, em três corpos: um central e dois laterais (sendo o central mais comprido ou curto e saliente ou reentrante). Quando a divisão das fachadas não se faz por corpos, a separação é feita por pilastras de pequena sacada, que se correspondem nos diversos andares, dando a ideia de robustez aos cunhais e à parede da frente. A divisão vertical em partes iguais aumenta a importância do edifício.

No espaço rural reduzem-se a uma estrutura e decoração simples, ganhando alguma amplitude e grandiosidade, face ao espaço e aos modelos tradicionais envolventes, destacando-se pelo número de janelas altas, com bandeiras de desenhos e fachadas lisas.

1.3.3.Casas Apalaçadas e Palacetes

Normalmente designadas pelos proprietários pelo nome de “Vila” a que acrescentava o nome da sua própria mulher, a casa apalaçada, não sendo um palácio na estrutura clássica é larga e ampla e com forte sentido individualizante, construída nos limites das cidades, dentro das vilas e no espaço rural. As fachadas, umas vezes aparecem lisas ou revestidas a azulejo, outras ajustadas aos limites das vias e ainda outras vezes recuadas. Nestas, a fachada principal dá directamente para a via pública e as laterais e posteriores para um jardim, pátio, parque ou quinta adjacente, onde se destacam as palmeiras como símbolo da vivência no Brasil.

Em certos casos procuram uma certa proporcionalidade nem sempre conseguida, tornando-se por isso monótonas à vista, pelo que, algumas vezes, as varandas procuram aumentar a largura aparente e outras vezes as pilastras procuram acentuar a verticalidade. Noutros casos ainda, os terraços decorados interrompem a sua verticalidade.

O palacete, referido na época como a casa de campo constituiu o objecto arquitectónico mais interessante, dado que, quer no Brasil, quer em Portugal, não podia ser construído dentro da cidade. Desobedecendo às normas que definiam a tipologia clássica para a marcação das simetrias das fachadas, o palacete apresenta-se com quatro fachadas, num exercício extremo de simetria, dando ao edifício uma forma quase cúbica. Outras vezes, marcado numa base de assentamento quadrado, a assimetria das fachadas é acentuada por torres e minaretes que lhe dão verticalidade estrutural gótica.

Tanto a Casa Apalaçada como o Palacete aparecem ladeados por um parque ou jardim vedado com portões de ferro, arborizado, ricamente ornamentado e decorado com lagos, painéis de azulejo e estátuas. Nas ombreiras dos portões surgem *“as armas fundidas, de saliências arrogantes, entre os dois molossos de dentaduras anavalhadas minazes como todos os bichos de heráldica”*^[29]. O jardim torna-se exótico com *“estátuas de louça, os alegretes de azulejo, os arcos feitos de cana, por onde se entrelaçaram magras trepadeiras”*. Estes jardins tinham *“mais fama, naquelas aldeias vizinhas, do que os jardins suspensos de Babilónia”*.^[30]

“um pequeno modelo de fragata brasileira, com tripulação de altura dos cestos de gávea, flutuante num tanque circular; uma gruta estucada de azul e com assentos de palhinha, para onde vinha ler [...] eram as principais maravilhas do jardim”^[31]

1.4. Dimensões do Retorno no Minho Rural

Nas aldeias do vale, junto às vias de comunicação e nas antigas Vilas do Minho, são ainda claramente visíveis as evidências materiais e simbólicas dos "Brasileiros" de retorno.

Tais evidências são a consequência explícita dos investimentos feitos em tempo de "vai e torna", ou no seu regresso definitivo, principalmente dos que emigraram nas primeiras décadas de trinta do século XIX.

É o caso de Francisco Leite Lage, nascido em 15 de Agosto de 1814. Emigra no dia 4 de Julho de 1827 para o Rio de Janeiro onde chega a 1 de Agosto de 1827, depois de ter sido "tomado" pelos corsários. Dirige-se à casa do primo António de Castro Leite, para quem levava cartas de recomendação. Depois de caixeiro em casa de secos e molhados, emprega-se numa casa de couros. Conhece a experiência de trabalhar para uma sociedade, onde um dos sócios é o seu irmão, que lhe impôs que, a partir daquele momento, o tratasse por senhor António e este o trataria por Senhor Francisco. Posteriormente, vem a ser sócio do irmão e, por último, empresário por sua única conta. Em 1860, vende a casa comercial, tendo o comprador ficado a dever 9.600\$000 réis. Permanece, ainda, senhor das rendas do prédio, o que constituirá rendimento suficiente para viver decentemente o resto da sua vida, segundo as suas palavras.

"No dia 28 de Setembro de 1861 começaram as pedreiras a quebrar pedra para as obras da casa da Lage. No 25 de Outubro fui para o Porto e de lá para Lisboa passar o Inverno, deixando meu irmão José encarregado da pagar aos pedreiros todas as semanas.

No dia 5 de Novembro saí do Porto para Lisboa na Mala-Posta às 7 da noite [...] Passei em Lisboa todo o Inverno e no dia 9 de Abril voltei para o Porto onde me demorei até 19, Sábado de Aleluia e nesse dia segui com meu primo Costa Leite para Guimarães e de lá

para Cepães onde chegamos de tarde, passando a Pascoa com a família. No dia 21 Abril de 1862 mandei abrir os alicerces para assentar a pedra que estava pronta. Ainda fui para Lisboa os Invernos de 1862 e 63, enquanto os pedreiros iam aprontando a pedra para as minhas obras, as quais, em 1866, no fim de 5 anos, isto as do Norte, pois mais tarde também mandei fazer as do lado Sul, ou da Igreja, para reserva das minhas irmãs, e casas para o caseiro, alpendre e eira, o que levaram 2 anos a fazer, começando em 1868 e terminando em 1870.”^[32]

Estas edificações foram localizadas em lugares onde ainda podemos observar muitas delas, andando “ *mil passos na quebrada encosta, nos sai de rosto*”^[33]; em sítios “*discretamente escondidos na verdura das áleas*”; ^[34] situadas “*à beira da estrada, símbolos de um século novo, as casas dos brasileiros*” ^[35] e “*no sítio onde nascera*” ^[36] o seu proprietário.

É no centro da aldeia, no caminho que nos leva à Vila e nela própria, onde se podem ver os sinais de uma arquitectura urbana.

Porém, as figuras de estilo, presentes nos textos literários, construíram a desclassificação dos proprietários que fizeram implantar na paisagem um modelo novo arquitectónico, bem como o estatuto dos seus possuidores que alguns escritores entendem desajustados: “*ali estavam eles, os heráldicos solares, onde padeciam de amor as donzelas gentis; os graníticos conventos [...]*e, *à beira da estrada, símbolos de um século novo, as casas dos brasileiros.*”^[37]

É na estrutura, nos materiais utilizados, nas dimensões e na decoração, próprios do espaço urbano, mas inadequados ao ambiente rural, que os romancistas nos descrevem aquelas edificações, apresentando-as como “*um belo palacete com portões de ferro ao lado, mirante, platibanda de granito*”^[38], ou “*uma casa grande, de cantaria e azulejo, com três andares e varandas*” ^[39] ou ainda configuradas com um “ *cubo de alvenaria com enfeites de ripa e*

latão”.[40] Sempre evidenciando um sentido surpreendentemente exótico, desajustado do espaço e da sua natural vocação agrícola.

Este tipo de construções sugeriu leituras de classificação negativa: “mau gosto” ou de “gosto duvidoso” [41], que decorrem de descrições como esta:

“Vão-se os olhos naquilo! Esta maravilha arquitectónica deve-na as artes ao gosto e génio pinturesco de um rico mercador que veio das luxuriantes selvas do Amazonas, com todas as cores que lá viu de memória e todas aqui fez reproduzir sob o inspirado pincel de trolha.”[42]

O mau gosto da casa do “Brasileiro” era ainda reforçado pelo facto de apresentar “*dois sobrados, caiada, azulejada, com suas colunas pintadas de verde e como de papelão grudado à parede, com as bases amarelas e os vértices escarlates*”[43] e, particularmente, pelos elementos decorativos desconhecidos na paisagem rural, tais como as sacadas, as vidraças com bandeiras divididas em variadas figuras geométricas, e a arte nova como arte de fantasia farfalhuda. [44]

É neste aspecto que o exercício literário sobre a “casa do Brasileiro” atinge a sua expressão mais caricatural: “*cor de gema de ovo, com terraço no tecto para quatro estátuas simbólicas das estações do ano, e dois cães de bronze, sobre as ombreiras do portão de ferro, com as armas fundidas, de saliências arrogantes, entre os dois molossos de dentaduras anavalhadas, minazes, como todos os bichos da heráldica.*”[45]

Assim, a descrição da nova casa que surgia no espaço rural, apresentava-se como antítese do modelo da casa tradicional e do camponês :

A “casa para bem pouco servia portanto, pelo que eram mínimas as exigências que se lhe impunha. Ainda hoje se diz com certa ironia que ‘quando um filho de lavrador se casa, se varre uma corte’. De facto bastava um pardieiro granítico de paredes ensolsas

por cujas frestas se via reluzir a manhã, assapado debaixo de tosca cobertura de colmo que tanto tornava o frio como abrigava do calor e da chuva, e uma porta de acesso para a cozinha térrea que ao lado tinha outro compartimento soalhado onde se arrumava uma ou duas camas e se guardava a tulha do grão e a arca do bragal.”^[46]

A casa do brasileiro pode ser vista em várias perspectivas: uma intrínseca, que lhe dá sentido histórico; outra, mais sociológica, que decorre da diferença das significações atribuídas pelos proprietários e, finalmente, a que é construída pelos que lhe são exteriores, sendo, por isso, explicada diferenciadamente pelos vizinhos que sempre a legitimaram e pelos escritores urbanizados que a criticaram.

Se, para estes, a sua localização era a cidade, por oposição dicotómica: campo – cidade; classes urbanas – classes rurais, para os vizinhos elas encontravam-se legitimadas no prestígio antigo das famílias de origem dos seus proprietários.

1.5.As Vilas dos “Brasileiros”

Outros lugares privilegiados para a construção da casa do “Brasileiro” eram as Vilas Novas, sedes da nova administração liberal, localizadas em sítio de passagem e circulação, que tinham a sua matriz fundadora em lugares de feira ou cruzamento de vias.

Na segunda metade do século XIX, as vilas ganham uma acrescida importância, iniciando uma configuração urbana marcada pela abertura de novas ruas e praças, bem como pela disposição e modelos das novas edificação. A estruturação e o desenvolvimento urbano estão intimamente ligados, quer à implantação do liberalismo, quer à República, dado que o capitalismo liberal facilitou a acumulação e circulação de recursos financeiros disponíveis. A república municipalista estimulou a acção e a iniciativa dos cidadãos para a participação autárquica e a promoção de iniciativas cívicas,

continuando o processo de desenvolvimento liberal *"o elixir da fortuna a remoça deveras; as construções particulares aí estão em abundância para o comprovar, tanto mais que se lê o sorriso da abastança alegre, que deve animar a fisionomia dos seus proprietários»*.^[47]

Os recursos financeiros dos capitalistas tomam, nas vilas, importância peculiar por se constituírem, quase exclusivamente, de capitais dos "Brasileiros de torna-viagem" que publicamente se assumem como comendadores. São os edificadores de palácios, casas apalaçadas, palacetes, das primeiras indústrias e possuidores de um espírito filantrópico que os leva à construção de edificações cívicas: Hospitais, Asilos, Escolas, Igrejas, Passeios Públicos, Teatros.

Durante a segunda metade do século XIX e nas duas primeiras décadas deste século, é visível uma estreita relação entre a emigração e o retorno e as transformações arquitectónicas, sociais, económicas e culturais verificadas no Minho, não só pela diversidade dos protagonistas, das trajectórias pessoais e das transformações políticas, económicas como dos lugares de instalação em tempo de retorno.

Alguns, depois de uma longa estadia no Brasil, regressavam com sucesso: eram filhos de proprietários, que confirmam, reproduzem e reforçam os estatutos sociais dos ascendentes, instalando-se na freguesia de origem, deslocando-se outros para a Vila. Aqui os novos modelos arquitectónicos e o empenhamento na vida política, reflectido nos acesos combates, testemunhados na imprensa local, são sinais de retorno de sucesso e marcas de novas formas de capital social, cultural e simbólico, que faz dos "Brasileiros" o centro da paisagem, reflectida na vivência de frequentadores de casinos, praias, termas, cafés e teatros, como homens que fazem do ócio a expressão de um novo estatuto social.

- [1] António FIGUEIRINHAS, (prefácio), António COSTA, *No Minho*, 2.º Ed. Porto, António Figueirinhas, 1900
- [2] António FIGUEIRINHAS, (prefácio), António COSTA, *No Minho*, 2.º Ed. Porto, António Figueirinhas, 1900
- [3] Ernesto Veiga de OLIVEIRA, Fernando GALHANO, *Casas Esguias do Porto e Sobrados do Brasil*, Recife, Pool Editores S/A, 1986, p. 28
- [4] Eça de QUEIRÓS, *Uma Campanha Alegre*, Vol.2, Porto, Lello, 1978, p.87
- [5] Paul CLAVAL, *A Nova Geografia*, Coimbra, Almedina,1987, p.57
- [6] Paul CLAVAL, *A Nova Geografia*, Coimbra, Almedina,1987, p.57
- [7] Orlando RIBEIRO, *Portugal - o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Sá da Costa, 1991, pp.112-113
- [8] Ernesto Veiga de OLIVEIRA, Fernando GALHANO, *Casas Esguias do Porto e Sobrados do Brasil*, Recife, Pool Editores S/A, 1986, p. 28
- [9] Orlando RIBEIRO, *Portugal - o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Sá da Costa, 1991, p.113
- [10] Miguel MONTEIRO, "Migrantes, Emigrantes e 'Brasileiros' (1834-1926) – Territórios, Itinerários e Trajectórias", Braga, Universidade do Minho, 1996
- [11] Ilídio Alves de ARAÚJO, (1956), "Revolução do Milho Vista Duma Aldeia do Minho Serrano", *História & Ideias*, Porto, Afrontamento, 1979, p.29
- [12] Cf. Orlando RIBEIRO, *Portugal – o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Sá da Costa, 1991, p.55
- [13] Cf. Maria de Fátima S. BRANDÃO, *Terra Herança e Família no Noroeste de Portugal – O caso de Mosteiro no século XIX*, Porto, Afrontamento, 1994
- [14] Cf. Orlando RIBEIRO, 1991; Ilídio Alves de ARAÚJO, 1956, 1979; Maria de Fátima S. BRANDÃO, 1994
- [15] Aquilino RIBEIRO, *Tombo no Inferno e O Manto de Nossa Senhora*, Lisboa, Liv. Bertrand, 1963, p.27
- [16] António FIGUEIRINHAS, (prefácio), António COSTA, *No Minho*, 2.º Ed. Porto, António Figueirinhas, 1900
- [17] Orlando RIBEIRO, *O Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Sá da Costa, 1991, p.109
- [18] Cf. Miguel MONTEIRO, "Migrantes, Emigrantes e 'Brasileiros' (1834-1926) – Territórios, Itinerários e Trajectórias", Braga, Universidade do Minho, 1996 e *Fafe dos "Brasileiros" – Perspectiva Histórica e Patrimonial*, Fafe, ed. do autor, 1991.
- [19] Cf. Maria de Fátima S. BRANDÃO, *Terra Herança e Família no Noroeste de Portugal – O caso de Mosteiro no século XIX*, Porto, Afrontamento, 1994, p.181
- [20] cf. Miguel MONTEIRO, "Migrantes, Emigrantes e 'Brasileiros' (1834-1926) – Territórios, Itinerários e Trajectórias", Braga, Universidade do Minho, 1996
- [21] Luís de MAGALHÃES, *O Brasileiro Soares*, Porto, Liv. Chardon, 1886, p.76
- [22] Jorge Salazar BRAGA, *A casa do "brasieiro" e a paisagem rural do século XIX*, 1986, p. 61
- [23] Jorge Fernandes ALVES, *Os Brasileiros - Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, Porto, Ed. Autor, 1994.
- [24] Ernesto Veiga de OLIVEIRA, Fernando GALHANO, *Casas Esguias do Porto e Sobrados do Brasil*, Recife, Pool Editores S/A, 1986, p. 28
- [25] Orlando RIBEIRO, *Portugal - O Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Sá da Costa, 1991, p.146
- [26] Camilo CASTELO BRANCO, *Eusébio Macário*, Porto, Liv. Chardon, s/d., 7ª ed., p.50
- [27] João Emílio dos Santos SEGURADO, *Edificações*, Lisboa, Livraria Bertrand, 5.ª ed. s/d
- [28] Ernesto Veiga de OLIVEIRA, Fernando GALHANO, *Casas Esguias do Porto e Sobrados do Brasil*, Recife, Pool Editores S/A, 1986
- [29] Camilo CASTELO BRANCO, *Eusébio Macário*, Porto, Liv. Chardon, s/d., 7ª ed., p.50
- [30] Júlio DINIS, *A Morgadinha dos Canaviais*, Porto, Liv. Civilização, 1964, p.137
- [31] Idem, pp.224-225
- [32] Relato auto-biográfico de Francisco Leite Lage, manuscrito, Arquivo da Misericórdia -Fafe
- [33] Júlio DINIS, *A Morgadinha dos Canaviais*, Porto, Liv. Civilização, 1964, p.137
- [34] Mário BRAGA, *As ideias e a vida*, Coimbra, Atlântida, 1958, pp.97-98
- [35] Idem, Ibidem.
- [36] Júlio DINIS, *A Morgadinha dos Canaviais*, Porto, Liv. Civilização, 1964, p.137
- [37] Mário BRAGA, *As ideias e a vida*, Coimbra, Atlântida, 1958, pp.97-98
- [38] Camilo CASTELO BRANCO, *Eusébio Macário*, Porto, Liv. Chardon, s/d., 7ª ed., p.50
- [39] Júlio DINIS, *A Morgadinha dos Canaviais*, Porto, Liv. Civilização, 1964, p.137
- [40] Mário BRAGA, *As ideias e a vida*, Coimbra, Atlântida, 1958, pp.97-98
- [41] Guilhermino CÉSAR, *O "Brasileiro" na Ficção Portuguesa- O Direito e o Averso de uma Personagem*, Lisboa, Parceria M. Pereira, 1969, p.93
- [42] Camilo CASTELO BRANCO, *O Senhor de Paço de Ninhães*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 1966, pp.23-24
- [43] Idem, Ibidem
- [44] Idem, pp.312-313
- [45] Camilo CASTELO BRANCO, *Eusébio Macário*, Porto, Liv. Chardon, s/d., 7ª ed., p.50
- [46] Ilídio Alves de ARAÚJO, (1956), "Revolução do Milho Vista duma Aldeia do Minho Serrano", *História & Ideias*, Porto, Afrontamento, 1979, p.29
- [47] José Augusto VIEIRA, *O Minho Pittoresco*, Tomo I, Lisboa, Liv. A.. Pereira, 1886, p. 567